

Intervenção na cerimônia de posse da Diretoria da Associação Brasileira de
Antropologia (Brasília 21/02/2019)

Sérgio Carrara

Na pessoa do Professor Roque de Barros Laraia, cumprimento todos os integrantes da mesa e também os colegas e amigos que (imagino e espero) vieram nos prestar solidariedade. Embora, como antropólogo, aprecie rituais, sou, provavelmente por excessiva timidez, avesso a formalidades e falar em público nunca foi meu forte. Porém, vivemos um momento em as palavras não podem nem ser economizadas, nem desperdiçadas; um momento em que todas as oportunidades de se fazer ouvir publicamente, como é o caso dessa cerimônia, devem ser estrategicamente aproveitadas e cuidadosamente preparadas.

Minha brevíssima intervenção trata dos desafios dessa próxima gestão. É muito difícil não falar deles, mesmo que “enfrentar desafios” seja um cliché, um lugar comum, em discursos de posse. Se, em outros momentos e contextos, desafios podiam ser apenas retóricos, eles agora se adensam. Tornam-se assombrosamente reais em um tempo de materialização de quimeras, de

fantasias e de fantasmas que há muito julgávamos exorcizados; nesse tempo incerto, em que antigos parâmetros intelectuais e morais aparecem deslocados, desfigurados, quase irreconhecíveis.

Não tendo podido infelizmente escapar à tragédia - nem à tristeza - devo dizer que o símbolo mais potente desse tempo que se anuncia é, para mim, a imagem do Museu Nacional em chamas. Nela, impotentes, vimos virarem cinzas o dedicado trabalho de dezenas de antropólogas e antropólogos; e o precioso acervo que, com outros pesquisadores, acumularam por 200 anos para servir de matéria, de substância, de carne para a constituição de uma nação.

O ponto que gostaria de ressaltar aqui é que o incêndio do Museu está longe de estar controlado. Se teve início na Quinta da Boa Vista - com a destruição da cultura material de diferentes populações que vivem (ou viveram) dentro das fronteiras brasileiras e dos próprios vestígios do trabalho simbólico de construção do Brasil enquanto uma nação - o incêndio, símbolo de uma nova temporalidade, continua a se alastrar e ameaça atingir as próprias populações que produziram as coleções que o Museu abrigava e a nós, antropólogas e antropólogos, que com elas trabalhamos, seja compartilhando suas vidas, seja registrando e conservando seu patrimônio material e imaterial.

Mesmo que todos saibam, não podemos perder qualquer oportunidade de repetir que, em relação aos povos e às populações que compartilham o território brasileiro, estamos assistindo à desmontagem ou desfiguração de

importantes dispositivos estatais destinados à sua, mesmo que precária, proteção. Ainda mais ameaçada, vê-se a existência material e cultural de índios, camponeses, quilombolas, ribeirinhos. E não só a deles, pois a frágil rede de proteção que foi a duras penas tecida também ao redor de mulheres, negros, pessoas LGBT e outras categorias sociais vulneráveis, estigmatizadas, marginalizadas, vem sendo frontalmente contestada e corre o risco de também ser atingida pelo fogo. Parece que se quer implantar no país um regime de gestão das diferenças que apenas as concebe, se é que as concebe, enquanto congeladas em rígidas hierarquias. Em seus termos, igualdade e, sobretudo, equidade são valores absolutamente alienígenas.

Ressalto que a ameaça de destruição de tais redes de proteção vincula-se a um processo que atinge a antropologia também de outro modo. Se, de um lado, temos o aprofundamento de uma bio-política que deixa ainda mais ao relento muitos de nossos interlocutores; de outro, é a própria perspectiva com a qual a disciplina opera que parece estar sendo contestada. Se os discursos das forças políticas hoje ascendentes no país negam proteção especial por parte do Estado a certos grupos ou sujeitos, é em parte porque negam o fato de haver desigualdades estruturais e duráveis, de haver circunstâncias que não estão sob o inteiro controle dos indivíduos.

Para essas forças políticas, não parece haver qualquer dimensão da experiência humana condicionada por fatores que estejam além da vontade individual. Os indivíduos são responsáveis pelos males que os afligem e, dado o

processo de re-encantamento do mundo que tem acompanhado a difusão dessa concepção individualista, mesmo aqueles infortúnios cujas causas parecem ser as mais externas e incontroláveis (certos tipos de doenças orgânicas, por exemplo) acabam submetidos à vontade individual, em uma espécie de meritocracia cósmica. Se não se resolvem é porque o indivíduo não mereceu a graça divina, que tudo pode. Se quase nada transcende ao indivíduo, se mesmo a graça depende de seu empenho e mérito, não há ninguém que mereça qualquer proteção especial do Estado. Nessa formulação, tal tipo de proteção será sempre vista como “privilégio”, não como direito, e qualquer defesa de certos sujeitos, como “coitadismo”.

Assim, um ultra-individualismo que nega ao social qualquer transcendência vem somar-se ao ataque cada vez menos sutil à reflexão científica em geral. Coloca-se particularmente em questão a perspectiva sociológica em seu sentido mais amplo. E, em seu âmbito, as coisas ficam ainda piores para a antropologia, uma vez que, além de anti-individualista, a disciplina promoveu uma histórica autocrítica, desvelando seu próprio papel no processo de assujeitamento das populações que estudava e, alinhando-se às suas lutas, passou a valorizar a diversidade da experiência humana fora de tradicionais aprisionamentos hierárquicos.

Como se vê, o incêndio que teve início na Quinta da Boa Vista continua a se propagar e teremos, em múltiplas frentes, muito trabalho nos próximos anos. Sem querer oferecer uma lista exaustiva de atividades, podemos dizer que

precisaremos desconstruir esses discursos autoritários que nos tomaram de assalto; intensificar nossa participação na construção de dispositivos muito concretos que possam proteger as populações com as quais trabalhamos, defender a singularidade do nosso saber e do conhecimento que produzimos; garantir as condições mínimas para que a reflexão antropológica continue a se desenvolver no país; precisaremos, enfim, divulgar a um público mais amplo que esse “novo” Brasil que se pretende refundar sem as perniciosas “ideologias” que a antropologia insiste em difundir como se fossem conhecimento científico, parece organizar-se muito mais nos moldes de uma escola militar ou de uma prisão do que nos de uma aldeia, uma vila ou cidade.

A destruição do Museu Nacional abriu uma ferida no coração da antropologia brasileira. Podemos considerá-la como símbolo de um projeto político que quer suprimir a diversidade humana e o próprio saber que dela se ocupa. Em certo sentido, talvez o maior e mais urgente desafio que a comunidade antropológica enfrenta hoje no Brasil é compreender o tempo que esse trágico evento simbolicamente inaugura. E, para a gestão da ABA, talvez o desafio maior seja o de oferecer, dentro dos limites de nossas possibilidades, as melhores condições para que esse necessário e urgente trabalho de produção de novos sentidos e de parâmetros para a reflexão e para ação (inclusive política) se realize de modo rápido, sólido, competente e eficaz.

Obrigado